

PACTO FEDERATIVO

APRIMORAR PARA AVANÇAR



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

69 ANOS DE HISTÓRIA



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

A MAIS

ANTIGA DO BRASIL

-FUNDADA EM 15 DE MARÇO DE 1946

-ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

-REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SOBRETUDO PEQUENOS E MÉDIOS

-TEM ENTRE SUAS PRINCIPAIS MISSÕES A BUSCA POR MAIS CAPACIDADE E MELHORES CONDIÇÕES DE GESTÃO AOS MUNICÍPIOS



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

REPRESENTAÇÃO



-COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA (CAF) DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

-CONSELHOS DA SUDENE, SUDAM, CONCIDADES, CONAE, CONSELHO DE CULTURA, ENTRE OUTROS....

-GRUPOS DE TRABALHO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS



DIRETORIA

TRIÊNIO 2015-2018



PLURAL E REPRESENTATIVA



37
MEMBROS

11
PARTIDOS

♀ 30%
DE MULHERES

16
ESTADOS E
TODAS REGIÕES



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS



PACTO FEDERATIVO

PROPOSTAS DA ABM



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

REVISÃO

DA LEI DE LICITAÇÕES

PROBLEMAS

- A LEI 8.666/93 ESTÁ DEFASADA
- IMPÕE ENTRAVES ÀS CONTRATAÇÕES E NÃO COÍBE A CORRUPÇÃO

PROPOSTA

- ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DAS DIFERENTES MODALIDADES DE LICITAÇÃO
- ALTERAÇÃO DA ORDEM DE ABERTURA DOS ENVELOPES
- EXTENSÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO AOS MUNICÍPIOS (RDC)



REVISÃO

DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



PROBLEMAS

- PREFEITURAS ASSUMEM CADA VEZ NOVOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DE OUTROS ENTES FEDERATIVOS
- FINANÇAS MUNICIPAIS ESTÃO COMPROMETIDAS

PROPOSTA

- ALTERAÇÃO NO ARTIGO 62 DA LRF, INCLUINDO REGRA DE QUE OS MUNICÍPIOS DEVEM SER RESSARCIDOS PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESPONSABILIDADE DE OUTRO ENTE
- FLEXIBILIZAÇÃO EM PERÍODOS DE CRISE



SISTEMA PÚBLICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA



PROBLEMAS

PREFEITURAS TÊM DIFICULDADE EM ACESSAR RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL: ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS E FALTA DE TÉCNICOS QUALIFICADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

PROPOSTA

CRIAÇÃO DE SISTEMA PÚBLICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUE ATENDA AS PREFEITURAS REGIONALMENTE EM TODAS AS ETAPAS DOS PROJETOS, COM CUSTO COMPARTILHADO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS

MESA FEDERATIVA NO CONGRESSO



PROBLEMAS

- CONGRESSO TEM CRIADO NOVAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES AOS MUNICÍPIOS SEM DEFINIR A FONTE DE RECURSO
- PREFEITURAS NÃO SÃO CONSULTADAS SOBRE NOVAS RESPONSABILIDADES IMPOSTAS

PROPOSTA

CRIAÇÃO DE UMA MESA FEDERATIVA NO CONGRESSO COMO UM CANAL PERMANENTE DE DIÁLOGO ENTRE DEPUTADOS, SENADORES E ENTIDADES MUNICIPALISTAS, PARA DEBATER A VIABILIDADE DAS LEIS QUE IMPÕEM NOVAS RESPONSABILIDADES AOS MUNICÍPIOS

AMPLIAÇÃO DO PAPEL DOS ESTADOS



PROBLEMAS

- A ATUAL CONFIGURAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO ESVAZIA O PAPEL DOS ESTADOS
- MUITAS OBRIGAÇÕES DESSE ENTE RECAI SOBRE OS MUNICÍPIOS. EXEMPLO: SEGURANÇA PÚBLICA; ESTUDOS DE REGIONALIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE ATERROS

PROPOSTA

- REVER E PREVER A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DEFININDO DE FORMA MAIS CLARA SUAS OBRIGAÇÕES NAS LEIS

REVISÃO

DA LEI DE CONSÓRCIOS

PROBLEMAS

A LEI CONSIDERA INADIMPLENTE O CONSÓRCIO QUE POSSUI AO MENOS UM MUNICÍPIO COM PENDÊNCIAS NO CAUC, IMPOSSIBILITANDO O GRUPO DE PARTICIPAR DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS E CONVÊNIOS

PROPOSTA

ALTERAÇÃO NA LEI, DE FORMA QUE A ADIMPLÊNCIA DO CONSÓRCIO NÃO SEJA AVALIADA PELA SITUAÇÃO DE CADA MEMBRO, MAS PELAS CONDIÇÕES DO ÓRGÃO COMO PESSOA JURÍDICA



COMBATE

À JUDICIALIZAÇÃO DA GESTÃO E CRIMINALIZAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS



PROBLEMAS

- INTERFERÊNCIAS JUDICIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS
- CONDENAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS POR ERROS FORMAIS E DIVERGÊNCIAS NA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS
- ABORDAGEM INADEQUADA PELA MÍDIA

PROPOSTA

- DEFINIR LIMITES PARA INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NAS GESTÕES MUNICIPAIS
- DEFINIR PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA INÍCIO DAS AÇÕES
- DEBATER POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS JUDICIAIS EM INSTÂNCIAS DEMOCRÁTICAS (CONSELHOS, CONFERÊNCIAS...)

SISTEMA PÚBLICO DE FORMAÇÃO DE GESTORES



PROBLEMAS

- ESCASSEZ DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- DIFICULDADE EM ACESSAR RECURSOS FEDERAIS E ELABORAR PLANOS. EXEMPLO: PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO, DE RESÍDUOS SÓLIDOS...

PROPOSTA

CRIAÇÃO DE SISTEMA PÚBLICO DE FORMAÇÃO DE GESTORES E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) E ESAF (ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA)

VOLTA DA CPMF



PROBLEMAS

- SUBFINANCIAMENTO DA SAÚDE
- NÃO HÁ NOVAS FONTES DE RECURSOS

PROPOSTA

- DESTINAÇÃO EXCLUSIVA DOS RECURSOS DA CPMF PARA SAÚDE
- UMA PARTE DEVE FICAR COM OS MUNICÍPIOS
- DISTRIBUIÇÃO DEVE SEGUIR OS CRITÉRIOS DO FPM, PARA NÃO PREJUDICAR PEQUENOS MUNICÍPIOS

EDUARDO TADEU PEREIRA

PRESIDENTE DA ABM



Associação Brasileira de Municípios



www.abm.org.br



@ABM_Municípios



Associação Brasileira de Municípios